

## **HOMENAGEM – ARMANDO SEVINATE PINTO**

O testemunho “florestal”

João M A Soares

Quando em Agosto passado o Manuel Medeiros me telefonou a comunicar a intenção de realizar esta sessão de homenagem ao trajecto profissional do Armando, não o deixei acabar toda a mensagem e não resisti a oferecer-me desde logo para contribuir com o meu testemunho.

Não saberei pois, nunca, se o Piló tencionava convidar-me apenas para estar presente (o que seria sempre uma honra) ou se já tinha previsto uma minha qualquer participação activa.

Nem cuidei de o saber, porque o que conta é poder estar aqui convosco a partilhar um período (relativamente curto) de convívio pessoal e de “convivência” técnica motivada pela floresta em geral e pelos fogos florestais de 2003, em particular.

De facto, o meu testemunho é bastante “sui generis”: nunca privei pessoal ou profissionalmente com o Armando durante os vinte anos que levei de Função Pública e apenas interagi com ele, nessa fase, por interposta pessoa – pela Dr<sup>a</sup>. Maria José Pinto, precocemente falecida - ela, primeiro, Directora de Serviços de Economia e Estatística, do então Instituto dos Produtos Florestais, a que eu vim a presidir, e depois como Sub-Directora Geral das Florestas quando eu aí fui Director-Geral, tudo no período que antecedeu a adesão à CEE e até 1990, já durante a aplicação do PAF, “ramo florestal” do PEDAP.

Coincidiu depois com a minha saída da Administração Pública, uma reflexão sobre as políticas agrícolas, dinamizada pela Agro-Ges na sua antiga Sede e encontrei-me, aí, pessoalmente com o Armando, aquando da preparação do que ficou chamado “documento dos oito”, em Abril de 1993, sob o título de “Um Contributo para a Defesa do Mundo Rural Português”, co-subscrito pelo Armando, pelo Francisco (Avillez), pelo

António Alberto (Gonçalves Ferreira), pelo Piló (Manuel Medeiros), pelo António (Sevinate Pinto), pelo Luís (Rosado) e por mim próprio.

Mais tarde, em 1996 e já na Soporcel, integrei a equipa de acompanhamento (por parte dos “clientes”, Portucel, Soporcel, SONAE e CAP) do estudo BPI/AGROGES/POYRY, designado por “Proposta para o Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, entregue em mão ao Primeiro Ministro (António Guterres) e apresentado com pompa e circunstância no Palácio de S. Bento, com a presença dos Ministros das Finanças e da Economia, Dr. Pina Moura e Dr. Augusto Mateus, respectivamente, e onde o Armando teve um empenhamento notável e para o qual falámos muitas vezes.

Com contactos pontuais e alguns desempenhos públicos comuns (sempre cordiais e de grande empatia) onde destaco o Congresso dos Economistas Agrários e algumas iniciativas da Revista “Correio Agrícola”, verifiquei o crescente interesse do Armando pelo tema florestal (para além do tema da cortiça que conhecia bem) e das suas fileiras silvo-industriais, registando a circunstância de que quanto mais céptico e crítico eu me ia tornando sobre o assunto, mais o Armando insistia em que eu deveria terminar (desejavelmente) com um sinal de esperança. Fi-lo, quase sempre.

Foi pois um misto de crítica, cepticismo e esperança que me levou a escrever um texto de opinião para o Público, em 24 de Abril de 2003 (antes de a sua nova Directora insistir em pôr-me rótulos corporativos nos textos pessoais que assinava) que a Redacção intitulou (e bem, quanto a mim) “Sector florestal deve abandonar Ministério da Agricultura”. Assim começava:

“Quando alguém aceita ser ministro culmina, normalmente, um de dois trajectos: ou o carreirismo político-partidário (por vezes iniciado no ócio profissional das juventudes partidárias) ou o reconhecimento da competência técnica de uma carreira ou de uma vida. O actual Ministro da Agricultura, insere-se, indubitavelmente, no segundo caso. Em contraponto à ignorância profissional da primeira via, ele garante o conhecimento e o saber alicerçados numa carreira profissional brilhante, ou seja: ao actual Ministro da Agricultura (que era o Armando) não se pode dar a atenuante do desconhecimento dos assuntos que tutela.

E, se é verdade que as vacas loucas, as quotas do bacalhau e da sardinha, a peste suína africana e, agora, o nitrofurano das aves se vêm juntar ao difícil “dossier” da reforma da Política Agrícola Comum, aos problemas dos cereais, das organizações comuns de mercados e da quota leiteira, não é menos verdade que o senhor Ministro da Agricultura conhece, como poucos políticos, a existência de um sector florestal nacional com problemas gravíssimos e carente de soluções urgentes. É que no trajecto profissional do senhor Ministro foram adoptadas – por influência sua – as medidas florestais associadas à PAC; com participação sua foi conduzido em Portugal um importante estudo estratégico sobre o investimento na floresta (com a participação de um banco nacional de investimentos e de um reputado consultor internacional); com o seu envolvimento directo e pessoal, foi efectuado o mais recente estudo sobre a fileira subero-corticeira.

E lá terminava eu com a “nota de esperança”... “...É (a fileira florestal), finalmente, um caso raro de projecto verdadeiramente mobilizador, apartidário e nacional, em que o país se poderá rever, em busca de um futuro mais são e mais próspero”... .

E não falámos sobre o artigo...

Foi pois com grande surpresa que recebi o convite do Armando, nos últimos dias de Setembro de 2003, para chefiar a Secretaria de Estado das Florestas (a primeira de um governo constitucional) que o Primeiro Ministro e ele entenderam necessária, depois da calamidade nacional que constituíram os fogos florestais de 2003.

Após o gozo de umas férias que já pressagiavam uma minha retirada progressiva das lides profissionais, recebi dele no último dia de Setembro um telefonema a convidar-me e a dizer que precisava de mim para o ajudar. Prometi dar-lhe uma resposta 24 horas depois, o que fiz. Disse-lhe então que aceitava, com três condições:

- Certeza de que os assuntos florestais chegavam ao PM (por ele ou por mim), “quase em linha”, aliás, com a intenção que publicamente manifestara, no texto do Público, em Abril passado;

- Elevada autonomia (em relação aos partidos do governo) para propor agendas e nomeações;

- Perder mais de 50% do meu (então) vencimento mensal no recém-criado, (ainda público) Grupo Portucel Soporcel.

O Armando garantiu-me que as duas primeiras condições eram também compromissos seus e relativamente à terceira, lembrou-me que depois de eu ter obtido o acordo da minha mulher ... ele não se podia opor.

Começámos desde logo a trabalhar num projecto global para a reestruturação do sector e a Secretaria de Estado foi criada dias depois, no começo de Outubro.

Digo desde já que todas as minhas condições foram integralmente respeitadas e satisfeitas e apenas vos deixo com três exemplos e uma rara excepção.

Três exemplos de uma solidariedade extrema entre o Ministro e o “técnico” seu ajudante (como dissera Cavaco Silva num seu Governo):

- O Armando aceitou levar a Conselho de Ministros a minha proposta de fundir o então ICN com a DGF em tudo o que tivesse a ver com gestão florestal (o ICN tinha matas sob a sua “gestão”) e com o ecossistema florestal (retirando, na prática, competências ao ICN para aprovar florestações (dar pareceres vinculativos em matérias florestais e introduzir medidas de conservação da natureza conflituais com a gestão de povoamentos florestais, como era o caso flagrante da proibição da limpeza de matas nas Áreas Protegidas, por exemplo);

A reacção do lobby ambiental foi imediata, orquestrada com as ONGA’s e violenta, levando o Ministro Amílcar Theias a falar em “interesses particulares” e introduzindo uma inesperada perturbação mediático-política que lá se resolveu como se pode...

- A criação do Fundo Florestal Permanente em 2004 (nunca actualizado até hoje, diga-se) exigiu um empenhamento pessoal e intenso do Armando junto do PM e da Ministra das Finanças (MFL), por quem era manifestamente respeitado. Umass poucas semanas depois de publicado, foi objecto de um “assalto de rapina” da ANMP a que o Armando resistiu até ao limite das suas (nossas) forças. Foi (fomos) derrotado(s) quando o PM, pessoalmente, recusando uma eventual “ameaça de demissão”, assumiu uma decisão salomónica. É que tinha sido ameaçado pela direcção da ANMP de ver os delegados ao Congresso da ANMP (onde os partidos do governo

tinham folgada maioria!) – que o ia receber dias depois – abandonarem em bloco a sala à sua chegada...

Nessa altura, ficou aliás provado que os Autarcas portugueses foram capazes de uma “grande coligação” por causa da floresta... pena foi que fosse para lhe extorquir dinheiros (nem sempre reaplicados na floresta...).

- Concretizada a parte da Reforma Estrutural do Sector Florestal que passava pela criação da DGF e das suas estruturas regionais e das Comissões (Nacional e Regionais) de Reflorestação, era necessário escolher (ainda não havia a “politicamente correcta” e surreal CRESAP...) os respectivos dirigentes.

Nunca o Armando me impôs um nome ou me vetou outro, sem prejuízo de querer saber sempre – eu insistia em que o fizesse – as razões das minhas escolhas.

Não é este o local para vos contar as pressões, cartas, delações, calúnias, críticas, etc. de que fui objecto. Imagino pois o que não se terá passado com o Ministro... mas disso nunca resultou qualquer recado do Armando para mim.

Como exemplo da minha “desautorização”, ao arrepio do que combináramos, - e tenho dificuldade em recordar-me de outro episódio - aqui fica esta “estória” verdadeira:

Os Serviços Florestais, como era da sua competência, propuseram-se, para assinatura, a Portaria que estabelecia as regras do Calendário Venatório para 2004 (períodos da caça, identificação das espécies cinegéticas, etc.).

Ora acontece que nesse ano os Serviços entenderam incluir o gaio e o corvo na lista das espécies “caçáveis” ...

O argumentário técnico era vasto e eu considerei-me esclarecido e pronto para assinar a dita Portaria.

Ora, como era (é?) hábito em Portugal, as ONG’s ambientais tinham conhecimento na hora de todos os documentos da DGF que passavam, (neste caso, para parecer) pelo Ministério do Ambiente.

Não tardou pois, (julgo que foi no dia seguinte ao projecto de Portaria me ser presente) a elevar-se um bruá pseudo-ambiental para retirar o gaio da lista.

Um deputado do Partido da Terra (que então integrava a coligação que apoiava o governo) telefonou-me e insultou-me dizendo que eu queria exterminar uma ave que era a primeira a denunciar a presença ou a proximidade dos homens/caçadores!

Igual vozearia se levantou em defesa dos corvos, não obstante – segundo a DGF - a sua população ter explodido e haver queixas dos agricultores de que arrancavam os olhos das ovelhas!

Foi pois neste ambiente “dramatizado” que o Armando me apareceu no gabinete e me disse: “Oh João, vê lá se essa coisa do gaio e do corvo é mesmo indispensável. Não me apetece nada comprar essa guerra. Especialmente eu que gosto tanto de ver os corvos ao pé da minha casa”.

Lá o tentei convencer mas, de facto, nada disso era urgente, absolutamente prioritário ou indispensável... e acabei “desautorizado”, porque o Armando gostava de ver os corvos e galhas a fazerem as suas marotices...

Esta brevíssima discussão terminou com sorrisos de parte a parte e os gaios e os corvos lá escaparam das escupetas dos caçadores...

Foi pois neste ambiente profissional, político e socialmente emocional, após a catástrofe de 2003 que mantivemos nove meses de estreita ligação pessoal e que se fortaleceu uma confiança mútua que dispensava prólogos ou grandes conversas e explicações.

Dessa íntima cooperação nasceu a chamada Reforma Estrutural do Sector Florestal onde o Armando fez plasmar - ainda em Outubro de 2003 – em Resolução do Conselho de Ministros (nº 178/200 de 31 de Outubro) dezanove intervenções de fundo devidamente calendarizadas, para estarem concluídas até ao final de 2004.

Para que conste este seu contributo decisivo e corajoso para a defesa e desenvolvimento da floresta e do sector florestal em Portugal, elas aqui ficam:

## Intervenções estruturais previstas na Reforma Estrutural

Iniciativas	Data de publicação
1. Lei orgânica da nova Direcção-Geral dos Recursos Florestais com as funções de Autoridade Florestal Nacional	11 Abril 2004
2. Fundo Florestal Permanente	Março 2004
3. Agência para a Prevenção de incêndios Florestais	Abril 2004
4. Comissões Municipais de Defesa da Floresta Maio 2004	
5. Conselho Nacional de Reflorestação das áreas ardidadas e Comissões Regionais de Reflorestação das áreas ardidadas	Março 2004
6. Conta de Gestão Florestal	Não publicado
7. Programa de Sapadores Florestais	Abril 2004
8. Condicionamento da circulação em áreas de risco	Junho 2004
9. Contributo das Forças Armadas nas acções de prevenção	Junho 2004
10. Campanhas de Sensibilização da população	Abril 2004
11. Criação do Cadastro Simplificado das parcelas florestais	Não publicado
12. Quadro Jurídico para a expropriação para infra-estruturas florestais	Junho 2004
13. Formas de intervenção substitutiva do Estado aos proprietários privados	Junho 2004
14. Revisão da legislação sobre queimadas e uso do fogo	Junho 2004
15. Conclusão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal	Não concluído
16. Enquadramento fiscal adequado ao desenvolvimento florestal	Não publicado
17. Criação e regulamentação das Zonas de Intervenção Florestal (*)	Não publicado
18. Mecanato florestal a favor da floresta de conservação	Não publicado
19. Quadro jurídico penalizando o fraccionamento e o abandono da propriedade florestal	Não publicado

(\*) Linha de trabalho concreta em que apostara entusiasticamente , depois de ter recebido (antes da minha chegada ao Ministério) o Eng<sup>o</sup> Rodrigo Sarmiento de Beires.

Percebe-se daqui claramente, que o Armando, enquanto técnico, político e pessoa, entendeu que o problema dos fogos radicava no comportamento (incívico) das pessoas e no desempenho dos gestores dos espaços florestais.

Talvez tenha sido eu, afinal, que mais lhe transmiti as minhas tradicionais e públicas reservas quanto aos milhões gastos anualmente no combate aos fogos e no circo

mediático e populista que tantas vezes o rodeia (a partir da exploração oportunística da generalidade dos que se oferecem como voluntários para os bombeiros portugueses a quem faltava – pelo menos à época – disciplina, enquadramento e “saber fazer”).

Ele próprio partilhou comigo mais tarde a sua surpresa quando, num dos grandes fogos de 2003, visitara a frente de operações observou o caos e a desorganização, ao lado de homens esgotados e chamuscados e ouviu do comandante local a palavra de esperança (de que ele tanto gostava): “Agora não conseguimos fazer nada mas de noite os fogos abrandam e pode ser que o vento ajude...”

E reproduziu então o gesto do maestro (quando pede um pianíssimo à orquestra) que o comandante utilizara...

Daí que algures em 2004 (que começou com bastantes fogos mas que já reflectiu medidas de limpeza de pontos críticos para a qual o Armando mobilizou – no limite da legalidade – verbas comunitárias em troca de obras concretas) lhe tenha escapado (julgo que na Comissão Parlamentar de Agricultura, a que sempre teve a gentileza de me poupar, na medida em que sempre assumiu pessoalmente as consequências das decisões do Ministério e o debate político que daí resultava) que “os bombeiros portugueses não estão preparados para enfrentar os fogos florestais”.

Não faltaram de imediato os gritos histéricos das virgens ofendidas e as acusações para quem vilipendiava os “soldados da paz”.

O pobre do Armando lá tentou explicar didacticamente o alcance das suas palavras mas não se livrou de uma “manifestação de desagravo”, protagonizada por uns quantos bombeiros voluntários, à porta do Ministério.

Ficou para os que se interessam por este tema, a imagem dos bombeiros empunhando material específico de combate a fogos florestais (que nunca se via/vê nos noticiários), como batedores, abafadores, pás e picaretas (todos impecavelmente novos e sem qualquer sinal de uso!!!).



Não resisto a um aparte, neste tema da preparação dos bombeiros, neste caso dos respectivos comandos:

- o tristemente célebre fogo do Caramulo, em 2013 (quase dez anos depois), onde faleceram vários bombeiros voluntários foi objecto de um inquérito, protagonizado por um reputado membro da Academia, e dele só se conheceu uma parte. A outra, onde decerto se identificariam responsabilidades, como a de alguém ter mandado – inacreditável e irresponsavelmente – aquele pessoal para aquele local, ficou por conhecer. E ficou por abrir o processo do Ministério Público acusando alguém de homicídio por negligência... Afinal, dez anos depois, os bombeiros (neste caso os chefes) continuam a não estar preparados para enfrentar os fogos florestais...

Por último, outro episódio que diz respeito à vertente dos comportamentos cívicos (em Portugal existe um número elevadíssimo de eclosões e quase todas são de origem humana...) onde o Armando colocou muita da sua energia, neste domínio dos fogos:

- Algures em Maio/Junho de 2004, perante um Verão que se anunciava complicado (depois do terrível 2003) o Armando convidou os directores de informação dos três canais de TV (ainda não havia cabo...) para uma conversa no Ministério sobre o tema da comunicação em torno dos fogos florestais.

Ele e eu partilhávamos a convicção de que qualquer fogacho pode dar uma peça televisiva alarmista e cheia de imagens de labaredas e estávamos certos, (pelas leituras que partilhámos e pelas conversas que fomos tendo com investigadores especializados da PJ) que a imagem das chamas excita e estimula a actividade dos pirómanos (e não são poucos em Portugal).

E foi nesse sentido que o Armando, paciente e laboriosamente pediu (explicando) que os telejornais noticiassem os fogos florestais, como e quando entendessem, mas sem recurso a imagens de fogo. Seria bem mais importante mostrar o drama humano e o negro das áreas queimadas.

Qual foi o nosso espanto quando os três directores irromperam num discurso ofendido onde não faltaram afirmações como “então os senhores acham que somos nós os responsáveis pelos fogos?”, eu, dizia um “sei bem dos interesses económicos por detrás disto tudo” e outro dizia “não é aceitável estabelecer qualquer tipo de censura às nossas notícias”, etc..

Foi uma conversa de surdos que nos chocou a ambos (a mim menos, porque já conhecia bem as regras da “corporação”) mas que traumatizou o Armando que não conteve – depois de estarmos sós - uns mimos vernáculos perante tal comportamento daquela gente (que afinal talvez pensasse que ia ter do Ministro algum “furo jornalístico” em primeira mão).

Mas se o Armando, como pessoa, era afável e espontâneo q.b., no desempenho do seu cargo de Ministro era sábio e prudente.

Disso é bem exemplo o famigerado caso que ficou conhecido como “Caso Portucale”.

Tendo encontrado o dossier no seu gabinete quando tomou posse – muito antes da minha chegada ao Ministério – passou-mo (porque passou a ser da minha área de competências) com um cuidadoso “briefing”, deixando ao meu cuidado o rumo a dar ao processo.

Nomeei uma pessoa independente das opiniões divergentes em presença (uma dizia que seria necessário cortar 25 000 sobreiros optimos, a outra referia 2,5 mil de sobreiros sub-produtivos que seriam substituídos por três vezes mais árvores plantadas) e preparei-me para lhe propor uma decisão.

Ponderou, conversámos e decidiu (decidimos) recorrer a um terceiro parecer técnico independente antes da decisão final, tanto mais que sentíamos o renascer da especulação mediática sobre o assunto.

“Felizmente”, neste caso, o governo caiu entretanto e ele e eu manifestámos a quem poderia estar interessado em saber, a nossa não disponibilidade para continuar.

Para finalizar uma reflexão pessoal adicional.

Quando fui confrontado (por mim próprio, como já perceberam) com a necessidade de preparar esta intervenção percebi que conhecia pouco – fora da profissão – o Armando Sevinate Pinto.

Fiz o que todos – ignorantes e não só – fazem hoje: Googlei o nome dele e fui à Wikipédia!

Verifiquei que era natural de Ferreira do Alentejo (o que já desconfiava dadas as suas ligações emocionais e pessoais à terra) e que era do partido CDS-PP (está lá escrito).

E meditei que nunca lhe perguntei de que partido era nem ele me fez igual pergunta.

E achei curioso que uma pessoa tão ligada ao Mundo Rural, no terreno, se tenha podido entender com um “sem terra”, como eu, nascido em Lisboa de uma mãe lisboeta e de um pai pastor sem terra que emigrara para Lisboa.

Daí a necessidade de vos ter contado brevemente (mas quase em detalhe) o trajecto e os momentos que – quanto a mim – mais nos ligaram nos últimos vinte anos.

Como profissional e como pessoa, faz-me falta.

Cascais, 24 de Setembro de 2015